



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003303-34.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Paulo Gabriel Almeida de Sousa Palo**  
 Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido passagem aérea junto à ré, realizando o pagamento correspondente, mas como a viagem foi cancelada comunicou o fato à ré.

Alegou ainda que ela não restituiu o valor que despendeu, almejando com a ação ao recebimento dessa quantia.

Muito embora não haja elementos mais consistentes a respeito de como se deu o cancelamento da viagem que o autor faria, a exemplo de sua comunicação à ré, o documento de fl. 10 basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Ele encerra manifestação da ré dando conta de que a solicitação do autor foi recebida e que seu reembolso seria processado em trinta dias.

A ré na genérica peça de resistência que ofertou sequer se pronunciou sobre essa prova, deixando de fornecer qualquer explicação sobre o seu conteúdo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Assim, diante dos termos da aludida prova documental e da inexistência de justificativa para entendimento diverso de que por seu intermédio a ré reconheceu que o autor faria jus à devolução em apreço, essa alternativa é a única viável para o desfecho do processo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 951,00, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a integralizou (fls. 06/09), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**